

Sobre Apatia e Ativismo ou a Ausência de um conteúdo revolucionário

Lucas Maia dos Santos

Indivíduos, grupos e classes sociais apáticos, informes, amorfos, enfim, sem vida. Esta é a maneira pela qual o triunfo da opressão se manifesta. Toda a avalanche destrutiva das classes dominantes despejada sobre as cabeças dos humilhados e submetidos. Nenhuma reação, nenhuma gota de suor derivada de um mínimo de esforço para sair do buraco dentro do qual estamos atolados até o pescoço. O conformismo, por vezes até a gratidão é percebida. Isto é a apatia.

É claro que de maneira absoluta, tal como apresentada é de difícil verificação empírica, pois a raiva contida, o grito silenciado, o desejo recalçado são manifestações, às vezes invisíveis, às vezes de difícil percepção, mas às vezes estampada nos rostos e nos corpos de incontável número de pessoas. Entretanto, como exercício teórico, reconhecermos este lado extremo da submissão é importante, pois nos ajuda a compreender ou a criar caminhos para entender os mecanismos de aceitação da submissão.

Os seres humanos fazem a história, mas a fazem sob condições que não dependem de sua escolha, isto já sabemos. Que as forças materiais engendradas pelas classes dominantes são uma espécie de imã que nos mantém grudados nesta forma de organização social ninguém, com um mínimo de honestidade, contesta. Quais são estas forças?

O estado é o exemplo clássico. Com suas instituições (escolas, universidades, exército, polícia etc.) exerce uma função tanto ideológica quanto repressiva. Quando a ideologia não consegue mais acalmar os espíritos dos explorados, o aparato repressivo é o remédio mais eficaz. Se a doutrinação que a escola e a universidade impõem, ou seja, hora de entrar, sair, uniforme, respeito à autoridade, reconhecimento e respeito à burocracia, introjeção de ideologias etc. não mais são suficientes para manter o indivíduo e/ou grupos sociais em consonância com a ordem, o exército e a polícia o fazem com eficácia, tudo dentro da lei e para restabelecimento da ordem pública, mesmo que tal ato implique em massacres,

chacinas, morticínios e violências sem precedentes.

Também as instituições denominadas pelo direito e pela ciência política de privadas exercem tal forma de controle. Um controle ideológico e repressivo. As milícias particulares das empresas são um exemplo claro de repressão deliberada exercida por empresas particulares. Esta se dá tanto em momentos de conflito social quando há uma radicalização mais profunda da luta de classes ou mesmo nas relações cotidianas de reprodução das relações de produção.

Do ponto de vista ideológico, estas instituições possuem ideólogos, não necessariamente de maneira orgânica, é claro, mas que entretanto não exclui esta possibilidade. Os “*Princípios de Administração Científica*” de Taylor são um exemplo de uma ideologia cujo ideólogo é um agente direto da produção. As teorias gerais de administração, muito bem analisadas por Maurício Tragtenberg, em seu “*Burocracia e Ideologia*” demonstram o poder que possuem, não só de aumentar a produtividade, mas também de criar um nível de conformismo entre os trabalhadores, pelo menos por um certo período.

A ideologia é uma forma, e das principais, de se fazer o controle social ou de se reproduzir com certa tranqüilidade sociedades alicerçadas em antagonismos de classe. “As ideologias dominantes em uma época, sempre foram as ideologias da classe dominante” já disseram Marx e Engels. Mas o que é uma ideologia? De um ponto de vista marxista podemos defini-la como sendo uma “falsa consciência”, ou seja, um saber sistemático, que faz uso de uma linguagem relativamente complexa (filosófica, científica, teológica) e que busca justificar relações assentadas ou que se estruturam em antagonismos de classe. Por mais que sejam falsas, elas possuem um *quantum* de verdade; não em termos de quantidade 50% falso 50% verdadeiro, mas de elementos em sua estruturação que remetem diretamente à realidade. São estes elementos que nos permitem decodificar ou compreender uma ideologia, pois se fosse totalmente alheia à realidade seria incompreensível, pois não teríamos referências

para compreendê-la. E são estes elementos de nexos estruturais que permitem os mais ingênuos e também os oportunistas a se utilizarem destas ideologias para adquirirem privilégios.

Além das ideologias, também os valores, ou melhor a axiologia, permitem que os indivíduos/grupos/classes sociais se conformem com o *status quo*. Tal como Nildo Viana demonstrou, axiologia não é a ciência cujo objeto de preocupação são os valores, ciência que de fato não existe nem nunca existiu. Axiologia, segundo sua definição, é a reprodução dos valores dominantes. É imanente aos seres humanos valorar as coisas, deste modo, o que está em jogo são quais valores vamos ou não reproduzir. Diante disto, ele criou o neologismo “axionomia” para distinguir de axiologia. Este reproduz os valores das classes dominantes, aquele, os das classes dominadas. Assim, esquematicamente, teríamos um sistema de valores burguês e um sistema de valores operário, um conservador e outro revolucionário. Não se trata, deste modo, de sermos neutros, de não darmos nosso “juízo de valor”, palavrinhas que irritam aos cientistas, mas sim, de qual valor vamos dar a essa ou aquela coisa, instituição, indivíduo, ação, etc.

Queria acrescentar só mais uma instituição que contém e está contida na ideologia e na axiologia, no estado e nas instituições privadas. De maneira geral, vou denominá-las “organizações de comunicação”. São poderosas corporações que detêm o monopólio da informação e também a manipulação desta informação. Constroem verdades, manipulam fatos, omitem outros, mentem etc.

São instituições poderosíssimas, possuem grande poder de barganha com as instituições estatais e privadas, reproduzem as ideologias dominantes, valoram as coisas a partir de uma perspectiva axiológica etc. E mais, são extremamente eficazes, estão dentro de todos os lares, materializadas nos aparelhos de televisão, rádio, nos jornais, livros, revistas, quadrinhos etc. Penetram a esfera da vida privada de quase todos os indivíduos, se instalam em suas salas, cozinhas, em seus quartos. São o veículo de informação de todas as classes. O burguês e o operário assistem ao *Jornal Nacional*.

Entretanto, somente o burguês domina ou tem influência sobre as organizações de comunicação. Os indivíduos pertencentes às

classes subalternas não têm a menor faísca de barganha, exceto, evidentemente quando coletivamente as classes exploradas se organizam e de uma ou outra maneira desestabilizam, mesmo que intermitentemente, a ordem estabelecida. É aí que a ideologia e a axiologia são facilmente verificáveis, pois em todos os casos, ainda não vi um em contrário, o discurso veiculado parte da perspectiva das classes dominantes. Os fatos são selecionados, as imagens e entrevistas editadas convenientemente, e a informação é transmitida não a partir de um “jornalismo sério e imparcial” como é comumente definida a auto-representação que os jornalistas fazem de si mesmos. Isto é uma impossibilidade, ou nossa perspectiva é axiológica ou é axionômica. A perspectiva das organizações de comunicação, bem, não é preciso dizer mais nada.

Entretanto, por mais que haja este monopólio sobre a informação, é bom que se diga, ele não é absoluto. Com todas as contradições que possam ter, há indivíduos e grupos que subrepticamente, ou seja, de maneira minoritária, sem hegemonia, buscam fazer com que informações sejam veiculadas a partir de uma outra perspectiva, a axionômica. As novas tecnologias da comunicação serviram muito a este propósito e a *internet* é seu ponto alto. Movimentos sociais, redes de solidariedade, movimentos organizados em rede etc. fazem um excessivo uso da *internet* com objetivos para os quais ela não foi criada.

Desta maneira, os elementos que geram o conformismo ou que mantêm os explorados nesta condição são os mais variados. Ideologia, axiologia, instituições (estatais, privadas e as organizações de comunicação que podem ser tanto privadas ou estatais).

Entretanto, pela própria natureza destrutiva do modo de produção capitalista, o contentamento e o descontentamento são inextrincáveis de suas relações de produção. Os indivíduos e grupos descontentes ou inconformados com este ou aquele aspecto, com esta ou aquela característica, ou mesmo com o conjunto das relações de produção sempre se manifestam, pois o controle nunca é total.

O conteúdo da contestação, segundo penso, é que vai gerar o *ativismo*, o *oportunistismo* ou a *revolução*. O ativista é aquele indivíduo, que por inúmeras razões, mergulha numa luta de Quixote, mas o faz por plena convicção, é honesto no que sente, no que faz, no que fala. Se o que faz, o que fala e o que sente são ingênuos

ou mesmo conservador é outra história. Sua prática é condenável por inúmeros motivos: a) não possui as condições materiais de superar as atuais relações de produção, portanto é conservadora; b) os objetivos são quase sempre de conquistar pequenas vantagens dentro do modo de produção capitalista, não que isto seja um problema, o problema é quando este é o objetivo; c) o ativista encarna o milenarismo cristão de liderança, portanto é contrário à autonomia necessária a uma real emancipação humana; etc.

Tudo o que se disse do ativismo vale para o oportunismo, exceto no que se refere à convicção, à honestidade no que se fala, faz e sente. Nada mais do que isto.

A revolução, pelo contrário, é o oposto de ambos. Não é um projeto para o futuro, mas a construção no presente de um futuro. É o estabelecimento de imediato, ou a luta por tal estabelecimento, de novas relações sociais, de produção, de sexualidade etc. enfim, é a negação da sociedade atual em sua totalidade, é a construção do radicalmente novo. Não é espaço aqui para nos alongarmos sobre este tema que demanda para tanto páginas e páginas.

Assim, a apatia e o ativismo são o produto necessário da ausência de um processo revolucionário. Um é a completa aceitação do estabelecido, o outro é a negação equivocada e conservadora do *status quo*. À medida que se radicalizam as lutas de classes, que relações sociais novas começam a ser criadas, nega-se por completo a apatia, posto que o processo revolucionário é sua antítese. Um necessariamente exclui o outro. O ativismo pode resistir dentro de tal processo, entretanto, à medida que forem se constituindo novas realidades e desaparecendo aquelas que o geram, sua tendência, em tal contexto, é desaparecer.

Porém, algo diferente se passa com o oportunismo, que além de sobreviver, pode se fortalecer com o processo revolucionário. Ele pode se apropriar da revolução, dirigi-la e

deturpar completamente seus objetivos. A história nos fornece inúmeros exemplos de como isto acontece. O que foi a contra-revolução bolchevique na Rússia, se não a apropriação pelo partido comunista russo do processo revolucionário? Maurice Brinton demonstra factualmente em, "*Os Bolcheviques e o Controle Operário*", como se desenvolveu tal processo. O partido foi sistematicamente esvaziando os *soviets* ou conselhos até conseguir, na esfera da produção, estabelecer o controle do processo de trabalho por um só homem. Onde os conselhos permaneceram, foram subordinados aos sindicatos, que eram por sua vez constituídos por quadros indicados pelo estado "operário", estabelecendo desta forma uma profunda hierarquização das relações de produção. Tudo voltou a ser mais ou menos como era no período pré-revolucionário.

Vivemos na contemporaneidade um momento que pode muito bem ser definido como não-revolucionário. Não está colocado de maneira clara ou objetiva um movimento que caminhe para a superação desta sociedade. O conteúdo revolucionário, segundo avaliação de Castoriadis num artigo de *Socialismo ou Barbárie*, reproduzido pela Achiamé, intitulado "Sobre o Conteúdo do Socialismo" afirma que a gestão da produção e da vida social como um todo pela classe trabalhadora é a essência do modo de produção comunista ou da autogestão.

Atualmente, esta possibilidade está colocada como consciência possível, como utopia concreta, segundo nos fala Ernest Bloch, mas não como realidade sensível. Se o processo revolucionário é a construção de novas relações sociais, ou seja, o estabelecimento, ainda sob o capitalismo, de órgãos de luta e de gestão ou de gestão autônoma das lutas, verificamos ao olhar panoramicamente para realidade contemporânea a presença-ausência deste movimento. Presença enquanto virtualidade ou possibilidade e ausência enquanto experiência sensível.